



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2012 - ANO XXX, NÚMERO 8

**GREVE
NA UFSC
P.7**



SUPER PROFESSORES

**ELES ACUMULAM BOLSAS NAS FUNDAÇÕES, E A UFSC RECONHECE
POSSIBILIDADE DE SALÁRIOS ACIMA DO TETO DE R\$ 26,7 MIL**

PÁGINAS 8/9

OXIGÊNIO

NEM VIAGRA SALVA

Piratania e acesso *online* a filmes pornô provocam queda na comercialização e fazem o mercado entrar em crise

P.13

CORPUS

TARJA PRETA A UM CLIQUE

Venda pela internet de remédios controlados aumenta risco de dependência e inflaciona preços

P.15

ZERO ENTREVISTA

DERLEI DE LUCA

Para a professora torturada na ditadura, reabrir casos não é revanchismo, mas uma forma de se fazer justiça

P.4/5

Uma espécie atípica numa fauna não-convencional

O jornal laboratório é um animal midiático estranho. Não é feito por profissionais, mas se espera dele um desempenho que não decepcione por suas raízes escolares. Tem periodicidade e formato distintos dos convencionais, mas se espelha nos modelos do mercado. É ao mesmo tempo laboratório – onde se busca experimentar – e sala de aula – onde se aprende por repetição e imitação. Tenta ser irreverente e livre, ao mesmo tempo em que procura não se descaracterizar como “jornal”.

Essas contradições são um pouco da natureza do jornal laboratório, e elas trazem o desconforto da instabilidade. Não é fácil para os repórteres convencerem suas fontes a darem informações a um veículo que se pretende “sério” e, ainda assim, é exercício de aprendizado. Insistir para que os alunos desafiem seus limites é uma tarefa de quem supervisiona a produção do jornal. Mistos de editores-chefes e professores, atuam também como motivadores de um grupo plural nas ambições, no preparo técnico e na disposição. Por vezes são também produtores das re-

portagens, intermediando o contato com as fontes, sugerindo caminhos.

Adicione ainda a esta equação o fator tempo, que, se permite apurações sobressalentes na reportagem, também a torna mais perecível.

Manter um patamar de qualidade da primeira à última página, não descuidar da periodicidade e fazer desta uma experiência efetiva de ensino e aprendizagem são desafios permanentes. Tentamos ainda nos divertir fazendo isso ao longo deste semestre. É mais uma expectativa em torno deste resultado inusitado que o leitor tem nas mãos. Boa leitura!

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Parabéns. A matéria dos convênios ficou boa. Deu vontade de saber mais. Por que não divulgaram o nome do cara que mandou o e-mail tentando intimidar os repórteres? A matéria deveria começar com esse cara, explicar quem é ele, porque isso, porque aquilo, onde mora, o que faz, com quem sai, pra onde viaja. (...) A abertura tá muito burocrática, não aprofunda os personagens. Gente, parece a Folha de S. Paulo...

Marques Casara - São Paulo

Na matéria dos modelos e o lado B do agenciamento senti falta de informação sobre onde está localizada a encicra. Porque algumas agências e bookers dizem no box como agem e alertam para o perigo de se escolher uma agência errada. Como, onde e por que Gabriela entrou nessa fria? Foi aqui em Floripa? Tem alguma fiscalização desse serviço?

Christiane Santoro Balbys - Florianópolis

Tenho lido os Zero dessa safra e esse último foi o mais interessante, até trouxe pra casa. (...) Uma das coisas que mais tenho gostado é a participação do ombudsman. Por não “poupar” nas análises por se tratar de um jornal-laboratório, Kucinski diz coisas que servem para todos os jornais e profissionais.

Upiara Boschi - Florianópolis

Acho que a ideia do Zero é justamente procurar contar histórias que não demandem factualidade e tragam reflexão. Uma pessoa como o Mafalda, com a história que ele tem com o jornalismo, é sempre um bom entrevistado. Acho que vocês acertaram na escolha e na edição, que ficou caprichada.

Cauê Marques - Florianópolis

ZERO HOMENAGEIA

AO MESTRE, COM CARINHO



Depois de 28 anos, o professor Hélio Schuch se aposentou da UFSC, mas continuará presente no traço de Clóvis Geyer, estampado na parede-galeria do Departamento de Jornalismo

PISAMOS NA BOLA...

Na última edição, na página 14, nomeamos o ex-reitor da UFSC como Francisco Pinto da Luz. O correto é Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Sobre o jornalismo a dois

Soube que o Zero passado furou a grande imprensa ao revelar o início iminente das obras de ampliação do aeroporto. Parabéns à equipe do Zero. Parabéns também pela reportagem denúncia sobre a falta de fiscalização financeira das fundações que operam dentro da universidade. Isso é jornalismo. Mais do que um problema de descontrolado, a reportagem revela a arrogância de seus dirigentes e o segredo como instrumentos de poder. Também gostei, pela escrita e originalidade, da matéria sobre a androginia, o estado das pessoas de sexo indefinido ou duplo ou ambíguo (espero não estar sendo politicamente incorreto). E registro a clareza e eficácia do infográfico principal da matéria sobre adoção.

Feitos os elogios, vamos à crítica, que essa é a função do ombudsman. Persistiu na edição passada o problema, que já apontei da escrita anódina, textos que parecem relatórios, títulos caretas, aberturas burocráticas.

O que fazer?

Creio que um primeiro passo seria acabar com o jornalismo a quatro mãos. Na edição passada, apenas três textos tinham autoria unipessoal. Nada menos que sete matérias eram assinadas por dois jornalistas. Nas edições anteriores a proporção era semelhante. O que deveria ser exceção, no Zero é a norma.

O correto, quando um jornalista colabora na matéria de outro, o que é raro e se limita a ajuda técnica na apuração, é atribuir um crédito (colaborou fulano de tal), mantendo-se a autoria pessoal do texto em si. Essa é a regra. Exceções? Claro que há: as reportagens do Watergate no Washington Post foram sempre assinadas pela dupla Bob Woodward e Carl Bernstein. Mas eram estritamente factuais – quase telegráficas.

Também existe a “salsicharia” do jornalismo: em revistas semanais, como VEJA, as apurações dos repórteres, especialmente em matérias grandes e de capa, são entregues a um “writer”, que mistura aquilo tudo, tira uma frase de um, uma citação de outro, e monta um texto artificialmente bonito, sem nenhuma personalidade, em geral ideológico e babaca, no qual nenhum dos repórteres contribuintes reconhece sua participação.

A função do Zero é formar jornalistas. E Jornalismo é autoria. Estilos são pessoais. Não só estilo, posturas, convicções, visões de mundo: tudo isso é estritamente pessoal e soma para construir a imagem pública do jornalista; e, com isso, a forma como ele próprio se vê e se manifesta, seu estilo e sua identidade pública como jornalista. Por isso, a autoria pessoal (e não há, a rigor, autoria multi-pessoal) é essencial.

Imagino que o espaço é pouco para tantos alunos, mas deve ser possível separar tarefas, um escreve o texto principal outro escreve o box ou segundo texto, de modo a privilegiar autoria e construção de identidade na pauta e sua execução.

Outras pequenas observações: devem-se publicar as cartas de leitores críticas, não as de elogios; página três é a mais nobre do jornal, não deveria ser usada para matérias frias de caráter histórico; matérias devem ser afirmativas, sem abrigar desculpas esfarrapadas, como a da funcionária MeryAnn Furtado na matéria de adoção e a do Joeli Souza na dos impasses da política cultural. Se o “outro lado” tergiversa, pau no “outro lado”. É preciso deixar a questão clara ao leitor e não – como faz a Folha – acentuar divergências para criar tensão.

Físico e jornalista, é doutor e pós-doutor em Comunicação. Lecionou na Universidade de São Paulo, onde se aposentou há cinco anos. É professor visitante da UFSC.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXX - Nº 8 - Julho de 2012 **REPORTAGEM** Amanda Melo, Ana Carolina Paci, Arianna Fonseca, Carolina Franco, Daniel Giovanaz, Ediane Mattos, José Fontenele, Juliana Ferreira, Lucas Pasqual, Maíla Diamante, Manuela Lenzi, Mariana Pitasse, Mariana Ventura, Marina Empinotti, Matheus Lobo Pismel, Milton Schubert, Mirene Sá, Nathale Ethel Fragnani, Nathan Mattes Schafer, Rafaela Blacutt, Rafaela Coury, Rodrigo Chagas, Sedy Luz, Thomé Granemann e Victor Hugo Bittencourt **EDIÇÃO** Alécio Clemente, Bárbara Lino, Carnila Garcia, Carolina Dantas, Rodolfo Conceição, Rosielle Machado, Tulio Kruse e Wesley Klimpel **DIAGRAMAÇÃO** Lucas Pasqual, Patricia Pamplona, Rafaela Coury e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Marina Empinotti, Patricia Pamplona, Sedy Luz, Thomé Granemann, Victor Hugo Bittencourt e Wesley Klimpel **CAPA** Patricia Pamplona **INFOGRAFIA** Lucas Pasqual **ILUSTRAÇÃO** Lute e Morgana Hoefel **PROFESSORES RESPONSÁVEIS** Rogério Christofoletti MTb/SP 25041 e Samuel Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Patricia Pamplona e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 2 de Julho

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998



Zero: 30 histórias em trinta anos

Relembre edições cheias de ousadia e as coberturas mais marcantes do jornal



1) **Setembro de 1982** Contracapa com matéria sobre o fechamento da Ponte Hercílio Luz e críticas sobre a falta de uma terceira ligação ilha-continente. Depois de 30 anos, a cidade segue com os mesmos problemas. 2) **Novembro de 1985 / Agosto de 1986** Duas matérias centrais sobre a proposta feita pela multinacional IBM ao curso de Eng. Mecânica, ferindo a então Lei de Informática (que permaneceu em vigor até 92 e protegia os desenvolvimentos tecnológicos dentro do país). 3) **Novembro de 1987** primeira matéria do *Zero* sobre AIDS, doença ainda desconhecida na época. 4) **Dezembro de 1987** *Zero Documento*: 1º jornal especial depois de 5 anos de produção. Perfis de locais, personagens e momentos que marcaram a história da Ilha.

5) **Junho de 1988** 1ª matéria sobre os problemas do Transporte Coletivo em Florianópolis. 6) **Agosto de 1988 / Novembro 1988 / Abril 1989 / Setembro 1989 / Outubro 1989 / Dezembro 1989** *Zero* premiou seus leitores com discos das bandas e artistas que faziam sucesso no final dos anos 80. 7) **Abril de 1989** Matéria sobre show pioneiro de Rod Stewart em Florianópolis. 8) **Outubro de 1990 / Novembro 1990 / Setembro 1995 / Outubro 1995** *Zero Semanal*. Destaque para matéria sobre a criação do *Le Monde* e inauguração da BR 470 em SC. 9) **Março de 1992 / Fevereiro 1995** *Zero Zine*, duas edições especiais sobre HQs e mangás. 10) **Setembro de 1992** Oligarquias dominam rádio e TV em SC. TCC foi publicado na íntegra. 11) **Novembro de 1992** Matéria central sobre os megaprojetos em Florianópolis.

12) **Junho de 1994** Encarte especial para mães universitárias. 13) **Junho de 1996** Catarinenses "anônimos" rumo às Olimpíadas. 14) **Novembro de 1996** Formato *standard*, logotipo diferente. 15) **Dezembro de 1996** Edição dedicada à 23ª Bienal de Arte de São Paulo. 16) **Dezembro de 1997** *Zero Lagoa*, dedicado à região da Lagoa da Conceição. 17) **Setembro de 1998** A capa traz uma denúncia contra a Delegacia da Receita Fe-

deral de Florianópolis, acusada pelo *Zero* de pagar aluguel muito acima do preço de mercado por obra que serviria de sede. Engenheiro Wilson Borlin entra com pedido de indenização contra a UFSC por danos morais. 18) **Dezembro de 1998** O jornal experimenta a impressão em papel *offset*. 19) **Dezembro de 2002** Segunda edição em papel *offset*. Juiz concede ganho de causa à UFSC e ao professor supervisor do jornal, Henrique Finco,

referente à reportagem que denunciou super aluguel da Receita Federal. 20) **Abril de 2003** Edição especial sobre a Guerra do Iraque. 21) **Julho de 2004** Texto proibido na revista *Veja* sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. Foi o único jornal impresso brasileiro que o divulgou. 22) **Abril de 2005** Capa inspirada nas obras do artista Piet Mondrian. 23) **Junho de 2005** Edição especial sobre a Revolta das Catracas. 24) **Julho de 2006**

Edição feita em parceria com a Fenaj. Tributo à Daniel Herz. 25) **Outubro de 2006** *Zero Extra*: só entrevistas e uma anti-entrevista de Ricardo Kotscho na contracapa. Nesta edição, *Zero* vira disciplina obrigatória. 26) **Novembro de 2006** Edição com 32 páginas e entrevista com Caco Barcellos. 27) **Dezembro de 2007** Especial sobre Liberdade Digital. Primeiro jornal laboratório feito inteiramente em *software* livre. 28) **Dezembro**

de 2009 *Zero Narrativas*, edição diferenciada produzida na disciplina Narrativas de Jornalismo. 29) **Junho de 2010** Especial sobre a Copa. 30) **Julho de 2011** Edição especial com reportagens produzidas na disciplina Jornalismo Investigativo.

Nathale Ethel Fragnani
nath4le@gmail.com
Thomé Granemann
granemannrosa@gmail.com

Foto: Wesley Kluppel



convergência

Ouça a entrevista completa com Derlei de Luca e confira também uma conversa com o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, no portal do zeroconvergencia.ufsc.br



“Julgamento não é revanche. Queremos resgatar a memória por questão de justiça”

Presas e torturadas por militares, professora de História luta para que a repressão não se repita

Durante a ditadura, Derlei Catarina de Luca foi presa e torturada quase até a morte. Hoje coordena o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos e participa do grupo Tortura Nunca Mais. Nascida em Içara, a professora de história de 66 anos entrou no curso de Pedagogia da UFSC em 1966, fez parte do movimento estudantil e da revolucionária geração de 1968, no auge da repressão pelo regime militar. Foi presa na Operação Bandeirantes e afirma que a vida foi garantida após o registro das impressões digitais no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): “Depois que tiravam a impressão digital eles não matavam mais”. Exilada em Cuba, conheceu Fidel Castro e lá criou seu filho.

Essas memórias inspiraram o livro *No Corpo e na Alma*, que será adaptado para as telas com o título *Vou Voltar*. “Daqui 20 ou 30 anos, os responsáveis pelas prisões e torturas estarão mortos e, se não for escrita, não haverá história a contar. E a história é sempre o melhor julgamento.” Em 2001, recebeu da Assembleia Legislativa a medalha Antonieta de Barros, condecoração máxima concedida pelo governo. Partipou do processo de formação da Comissão de Anistia, instalada neste ano, e ressalta o papel da condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA) no caso do Araguaia. “Não fosse esse episódio, teríamos deixado passar essas injustiças.” Em entrevista ao *Zero*, Derlei relembra essas experiências, conta sobre sua luta pela preservação da história das vítimas da ditadura e alerta: se o brasileiro não tiver consciência do que passou, é possível que tudo se repita em tempos de austeridade ambiental.

Como aconteceu a repressão durante a ditadura militar em Santa Catarina?

Aqui no estado a repressão se centralizou na região das minas de carvão. O sindicato dos mineiros era muito atuante. Englobava Criciúma, Urusanga, Içara, Nova Veneza, Forquilha, toda a região carbonífera. Outra área que sofreu muita repressão foi a do porto de Itajaí. Os portuários também tinham um sindicato muito forte e uma militância atuante. E em uma escala menor, mais suave, aqui em Florianópolis. Havia basicamente artistas, escritores, poetas e alguns estudantes, mas a repressão não foi tão forte como em Criciúma e Itajaí. Aqui, qualquer acontecimento ficava mais visível, então eles ameaçavam os escritores. Lá em Criciúma eles torturaram os mineiros, e em Itajaí torturaram os portuários. Aqui, queimaram livros em praça pública.

Qual foi seu envolvimento na luta contra o regime e sua história como presa política?

Eu não participei dos acontecimentos de 1964. A minha atuação começa em 1967. Comecei no movimento estudantil da UFSC e participei de todos os acontecimentos de 1968 como as manifestações após o assassinato do Edson Luiz, Congresso de Ibiúna e as grandes manifestações por causa do Restaurante Universitário. Nas manifestações sobre o assassinato do Edson Luiz, o secretário de segurança pública era o General Vieira da Rosa e eu era a única menina, então ele me levou à sua casa e eu dormi na cama da filha dele. Depois fui presa

em Ibiúna com vários outros estudantes da UFSC e mais 900 estudantes do Brasil.

A senhora sofreu tortura nas prisões em Santa Catarina?

Não. Eu sofri tortura em São Paulo, na prisão de novembro de 1969. Eu era militante de Ação Popular. No final de abril 1969, eram necessárias pessoas que trabalhassem na ligação entre os militantes e os dirigentes, que a gente chamava na época de secretaria de organização. Eu fui designada para esse trabalho e fui para São Paulo. Quando eu caí em novembro de 1969, foi por acaso. Não estavam me procurando

“Aí, eu fui para a cadeira elétrica. O capitão Homero já tinha me colocado no pau-de-arara”

em São Paulo. A Polícia Militar me prendeu como se eu fosse Maria Aparecida Costa, uma moça que era da militância e estava em cartazes como procurada. Eu estava com a minha documentação verdadeira e eles não acreditaram. Tive muita sorte na minha prisão, porque apesar de ter sido muito torturada, eles nunca me perguntaram sobre o que eu sabia. Tudo o que eles me perguntavam eu não sabia. Eles não sabiam de qual organização eu era.

E eles não insistiam na tortura até conseguir o que queriam?

Insistiram porque eu caí com muito documento. A tortura começava quando a gente chegava na Operação Bandeirantes. Eles trabalhavam em turnos de 24 horas e eu fui presa na equipe do capitão Homero. Depois vinha a equipe do Bernone Albernaz. Aí fui para a cadeira elétrica. O Homero já tinha me colocado no pau-de-arara. Quando chegou na equipe do capitão Dalmo eu já estava muito mal, entrando em estado de coma. Esse capitão disse que não ia assumir a minha morte. Eu não lembro de ter escutado isso, mas os outros presos escutaram. E ele me mandou para o hospital militar do Cambuci. Como eles diziam lá: cada um assume as suas mortes. O capitão Dalmo não tinha me torturado, e eu ia morrer no turno dele. Quando eu voltei do hospital, caí na mão do capitão Homero. Tortura de novo. Depois vem o Albernaz, tortura de novo. Quando chega a vez do capitão Dalmo, eu já estou toda quebrada de novo! Então,

coincidentalmente, ele mesmo nunca me torturou.

Como a senhora avalia a Comissão da Verdade, instalada neste ano?

A Comissão da Verdade é o resultado de uma luta de 40 anos. Os jornais brasileiros nunca divulgaram que o Brasil foi condenado na OEA, em vários itens: entregar os corpos, criar a Comissão da Verdade para apurar os fatos, abrir todos os arquivos, reparar economicamente os gastos que nós tivemos nesses 30 anos de processo, criar um memorial exclusivo da ditadura para que todas as futuras gerações conheçam o caso, a publicação no Diário Oficial da União e o julgamento dos torturadores e assassinos. Não fala em punição, só julgamento. Três itens já foram cumpridos: publicação no Diário Oficial, criação da Comissão da Verdade e a abertura dos arquivos. Sobre o julgamento dos torturadores o Supremo Tribunal Federal já meteu os pés pelas mãos, dizendo que já passou. O Ministério Público diz que não. No caso do assassinato, talvez, pois prescreve depois de 20 anos. Mas desaparecimento é crime continuado enquanto não se encontra o corpo. Como eles não entregaram esses corpos, é um crime que pode ser julgado.

Caso não houvesse a condenação do Brasil na OEA, a senhora acredita que se voltaria a tocar no assunto dos desaparecidos políticos da ditadura militar?

Ninguém falaria no assunto, nem sairia esta entrevista. Dizem para nos

preocuparmos com os vivos. Brasileiro é muito "deixa disso". Além disso, os militares têm muito poder de influência para segurar esse processo.

Em março foi divulgado que os comitês estaduais auxiliarão a Comissão da Verdade. O Comitê Catarinense tem participado?

Sim, participamos de todas as reuniões nacionais com alguns representantes. Em cada estado existem dois tipos de grupos. Em Santa Catarina temos o grupo Pró-Memória, que é composto por ex-presos e familiares e existe desde 1980, e o coletivo Memória, Verdade e Justiça, que organizamos no ano passado e tem cerca de 40 pessoas. Hoje, as atividades dos dois grupos são conjuntas. Todos os grupos estaduais já têm um levantamento de nomes. Em Santa Catarina, são dez casos de mortos e desaparecidos comprovados. Como eles não podem investigar tudo, levantamos quatro nomes que queremos que sejam investigados: Paulo Stuart Wright (deputado estadual de Joaçaba desaparecido em 1973), Frederico Mayr (arquiteto, de Timbó), Alceri Gomes da Silva (militante presa ainda com vida) e João Batista Rita (universitário de Criciúma desaparecido no Rio de Janeiro).

A senhora escreveu o livro *No Corpo e na Alma*, que vai ser adaptado para o cinema. A manifestação cultural pode ser uma forma de popularizar o assunto e fixá-lo com mais força na história do país?

Nossa grande luta é a formação da memória das lutas brasileiras. Todos esses acontecimentos da época militar já fazem parte da história do Brasil, assim como a Balaçada, a Cabanagem, a Inconfidência Mineira, a Revolução Farroupilha... Estudamos rápido na escola, mas quem quiser se aprofundar vai ter oportunidade porque estamos deixando bastante coisa escrita.

O assunto dos desaparecidos da ditadura tem vindo à tona nos últimos meses por causa da Comissão da Verdade. Você acha que ainda tem muita gente que não conhece a história do regime militar?

Não tenho esperança nas gerações anteriores, mas na geração de vocês. No grupo há muitos jovens que já nasceram na época da democracia. Todos me auxiliam entusiasmados nas atividades do Comitê. Quando os jovens aceitam e se sensibilizam com uma causa, eles assumem e vão fundo, com o auxílio da tecnologia, que agiliza muita coisa. Muita gente desconhece ou acha bobagem falar do que já passou. Eu faço, como militante e professora de história, porque quero ajudar na formação da memória, mas principalmente para que não aconteça de novo. Se não sabemos o que aconteceu, a tendência é acontecer outra vez. Se pensarmos em uma tarefa da geração de vocês, é cuidar do meio ambien-

te. Daqui a pouco, quando começarem a faltar recursos naturais, principalmente água, quem é que vai ficar com o pouco que sobrar? Os grupos que governam. Se esses grupos precisarem reprimir a população e impor uma ditadura para garantir os recursos para um pequeno grupo de privilegiados, eles farão. Cuidar do meio ambiente não se trata apenas de pensar nas espécies ameaçadas, para citar um exemplo, mas para garantir nossa liberdade. A falta de recursos naturais vai ser a causa das futuras ditaduras.

Você também participa do movimento Tortura Nunca Mais. Acha que é possível traçar um paralelo entre a tortura do regime militar e a violência policial atualmente?

Os manuais das polícias civil e militar de hoje são os mesmos da ditadura. O treinamento dos jovens que vão para o exército continua sendo o mesmo dos jovens que ingressavam durante a ditadura. É a mesma escola, com a garantia da impunidade da época. Pensam que "se não julgaram antes, porque vão julgar agora?", mas temos a vantagem da liberdade de imprensa e de expressão. Temos que continuar denunciando para a justiça, sem desanimar no meio do processo. Mas não podemos achar que vamos resolver todos os problemas de uma vez só. A Comissão da Verdade tem a obrigação de investigar basicamente os desaparecimentos do Araguaia. Foi para isso que ela foi criada, e essa foi a condenação do Brasil na OEA. Tem quem queira que se investiguem até os assassinatos já na democracia. Se perdermos o foco, não faremos nada.

A Comissão da Verdade não terá poderes para penalizar os militares. A senhora acha que deve haver punição aos torturadores?

A Comissão da Verdade não julga. Ela investiga e produz um relatório. A partir desse relatório o Ministério Público pode fazer a denúncia e encaminhar aos tribunais de Justiça, que aceitam ou não. Há um processo democrático. Se eu acho que eles devem ser julgados e condenados? Acho que o melhor julgamento é o da história. O ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra, autor de *Memórias de uma Guerra Suja*, deu um depoimento no Observatório da Imprensa, arrependido. Isso vai para a história, saber o nome dos responsáveis pelos sofrimentos da ditadura. Alguns companheiros do Comitê querem vê-los na cadeia. Mas isso não foi colocado em votação no Coletivo Catarinense, há muita divisão de opiniões. Particularmente, entendo o lado familiar dos militares hoje. Como se sente

um neto de um torturador ao ver um parente humilhado? Ainda acho que quem deve julgar é a história.

O que você pensa sobre os casos de pedidos exagerados de reparação econômica para militantes?

Você pergunta isso por causa do Zivaldo e do Jaguar. Eles alegaram a perda de seu jornal na ditadura. O advogado fez as contas de quanto teriam perdido em 30 anos do jornal [cerca de R\$ 1 milhão, pela Comissão de Anistia]. Isso não dá pra mensurar, e não concordo com casos que extrapolam assim. Mas eles não receberam esse dinheiro, nunca vão receber, e o Ministério Público está questionando a decisão. Mas a Comissão de Anistia hoje não concede anistia de mais de R\$ 100 mil. E quando se pede reparação continuada, é de cerca de R\$ 1,5 a R\$ 2 mil reais.

A organização de jovens militantes Levante Popular da Juventude tem promovido, em várias partes do país, atos públicos ridicularizando militares e policiais acusados de envolvimento em torturas durante a ditadura pós 1964. O que você acha das iniciativas de escracho dos torturadores?

Nossa recomendação é para que quem foi torturado não participe de casos de humilhação aos militares. Mas sentimento de vingança é natural do ser humano. Há 15 anos foi feito o julgamento do marechal Floriano Peixoto pelos fuzilamentos de Anhatomirim. Foi no Centro de Eventos da UFSC, e estava lotado. Quanto tempo passou sem se falar no assunto? Era uma necessidade que existia na população.

Você considera que a instalação da Comissão da Verdade e a atuação dos comitês Pró-Memória, Justiça e Verdade podem acender um revanchismo político no Brasil?

Quem fala em revanchismo são os torturadores, basicamente. Revanchismo faz parte até de um jogo de futebol. Mas levá-los a julgamento não é revanche. Seria se a gente sequestrasse, torturasse, matasse, colocasse eles no pau-de-arara, isso é revanche. Julgamento é democrático. Estamos fazendo o levantamento de cerca 600 torturados em Santa Catarina. Queremos resgatar suas memórias por uma questão de justiça.

Maila Diamante

maila.filo@gmail.com

Manuela Lenzi

lenzimanu@gmail.com

Matheus Lobo Pismel

matheuslobopismel@gmail.com

Victor Hugo Bittencourt

bittencourt.victorhugo@gmail.com



Comitê resgata a memória de torturados em Santa Catarina

Enquanto o marco regulatório não vem...

Em meio a inúmeras dificuldades, rádios comunitárias lutam por fortalecimento do setor

Na noite de 17 de junho, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o apoio das polícias Federal e Militar do Rio de Janeiro, fechou a Rádio Cúpula, que operava no aterro do Flamengo, local onde ocorreu a Cúpula dos Povos da Rio +20. Embora a transmissão via internet tenha recomeçado na manhã seguinte devido à repercussão do caso, a emissora permaneceu proibida de transmitir em ondas de rádio. A alegação da Anatel: o sinal da Rádio Cúpula, que é de 25 watts, poderia interferir no controle de tráfego aéreo do Aeroporto Santos Dumont. O fato ganhou alcance nacional, mas, ao contrário do que possa parecer, o fechamento da emissora não é um caso isolado.

Em Santa Catarina, existem 183 rádios comunitárias (RadCom) licenciadas, e o órgão responsável pela fiscalização continua sendo a Anatel. Apesar disso, a briga pelo direito de transmitir tem colocado, de um lado, uma das maiores entidades representativas do setor de RadCom, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), e do outro, a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), que representa veículos comerciais. Atualmente, há 21 ações judiciais em aberto contra rádios comunitárias no estado, todas movidas pela Acaert. Entre as acusações estão a cobertura maior que um quilômetro a

partir da antena de transmissão, a captação de apoio cultural fora do raio de abrangência e a venda de espaços publicitários.

Sobre as denúncias, a Anatel alerta que qualquer pessoa pode fazê-las diretamente nos canais oferecidos pela agência. Para o assessor de imprensa da Anatel, Augusto Drumond Moraes, a Acaert não está passando por cima da organização ao dirigir-se diretamente ao judiciário. "Não há nenhum impedimento legal quanto a isso", explica. "Teoricamente, a Anatel teria que fiscalizar [as rádios comunitárias], mas a própria Anatel não fiscaliza nem as comerciais", justifica o assessor de imprensa da Acaert, Marco Aurélio Gomes. Ele ainda afirma que "a Acaert não é contra as rádios comunitárias; é contra a ilegalidade. Muitas emissoras públicas estavam se tornando comerciais".

A manutenção das rádios comunitárias depende do apoio cultural, previsto em lei, e do associativismo, pois não participam da divisão dos recursos destinados às emissoras que divulgam atos públicos e fazem a publicidade institucional. Segundo o presidente da Abraço-SC, João Carlos Santin, a entidade tem parecer da Procuradoria Geral da União que garante habilitação às RadCom para a divulgação dos atos oficiais e, por consequência, participação nas verbas públicas para este fim. "Nas três instâncias de poder o volume de recursos distribuídos para fazer divulgação dos atos públicos e a publicidade institucional gira em torno de R\$ 10 bilhões. Esse dinheiro está sendo distribuído somente para as rádios e tevês comerciais", reclama.

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Gelson Merisio (PSD), em reunião com a Abraço-SC, se comprometeu a incluir as emissoras comunitárias na divisão dos recursos estaduais. "Estamos estudando juridicamente como essa participação é possível, pois há um impedimento legal na origem das RadCom. A princípio elas não poderiam



No sul da Ilha de Santa Catarina um projeto da comunidade, já legalizado

participar da divisão", explicou a diretora de comunicação da ALESC, Thamy Soligo. No Rio Grande do Sul, porém, as rádios comunitárias já integram o orçamento anual recebendo verbas publicitárias.

No âmbito federal, após diversos encontros entre representantes das rádios comunitárias e o Ministério das Comunicações, foi acordado um decreto — hoje na Casa Civil, à espera da assinatura da presidenta Dilma Rousseff — que flexibiliza as regras do apoio cultural. A legislação proíbe a divulgação de produtos, bens e serviços, preços ou qualquer dado que promova a empresa patrocinadora. "O que desvirtua totalmente o princípio fundamental da rádio

comunitária que é contribuir para o desenvolvimento local das comunidades envolvidas", argumenta Santin.

No Congresso Nacional tramita o projeto de uma Lei Geral das Comunicações, que deve substituir o Código Brasileiro de Telecomunicações, criado há meio século. Uma razão para o atraso na aprovação é o interesse direto de parlamentares, pois, como o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontou, há 60 deputados acionistas ou proprietários de empresas de Rádio e Televisão. Se contabilizadas as empresas que estão em nome de familiares, o número passa de 100. Ou seja, cerca de 20% do congresso.

A flexibilização das regras de apoio cultural depende de uma assinatura da presidente Dilma

Emissora tem seu alcance limitado

O Ministério das Comunicações define rádio comunitária como "um tipo especial de emissora FM, de alcance limitado a, no máximo 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Sem fins lucrativos e vínculos institucionais: religiosos, partidários". O serviço de rádios comunitárias foi criado pela Lei nº 9.612 de 1998, que exige que seja instituído um conselho comunitário, formado por no mínimo cinco entidades representativas do bairro ou comunidade. A esse conselho caberia acompanhar a programação, que deve ter um mínimo de oito horas, visando a pluralidade e o interesse exclusivo da comunidade. Os critérios de outorga e renovação foram criados três anos depois; estabelecendo também as regras de funcionamento das emissoras.

A lei também estabelece que só podem candidatar-se ao serviço fundações ou associações sem fins lucrativos, registradas legalmente e com dirigentes que residam no bairro.

De acordo com a Lei de Radiodifusão Comunitária, a potência é limitada em 25 watts e a antena não deve ultrapassar 30 metros. A Abraço defende que essa potência deveria ser de 250 watts, a mesma de uma rádio de pequena potência, pois, dependendo do relevo, o limite de altura pode prejudicar a transmissão. "A Acaert demonstra claramente que suas emissoras associadas são incompetentes, por acharem que estão tendo prejuízo com uma rádio com 25 watts de potência. É uma vergonha pública", critica o presidente da Abraço em Santa Catarina, João Carlos Santin.

No Campeche, iniciativa popular

No sul da Ilha de Santa Catarina, funciona a Associação Rádio Comunitária Campeche (ARCCA), fundada em 1998, e — desde 2005 — única emissora do tipo com concessão definitiva em Florianópolis. A associação é aberta a moradores que, pagando uma anuidade de R\$ 40,00, têm o direito de elaborar e produzir programas, além de votar nas assembleias anuais promovidas pela ARCCA.

Na grade de programação da 98.3 FM, há programas de entrevistas com foco em literatura, boletins sobre a previsão do tempo, ecologia, notícias e diversos programas musicais. A jornalista Elaine Tavares, que apresenta os programas Chão de Terra e Campo de Peixe, defende a iniciativa para a integração da comunidade. "A comunidade reconhece a rádio como um espaço seu. Nossa rádio foi criada por movimentos que já existiam na comu-

nidade, por isso não está descolada dos problemas do bairro".

Ubiratan Saldanha, um dos fundadores da ARCCA e seu responsável legal até hoje, define o processo de implantação da rádio como "uma verdadeira luta". "Foram três anos fazendo as vontades do Ministério das Comunicações", conta, para em seguida destacar a burocracia como maior empecilho. "Chegavam a mandar ofícios falando sobre a necessidade de mudar vírgulas no estatuto. Como se fosse simples mudar um estatuto, só reescrever o documento e pronto. Pra mim, isso não deveria existir. Quem quisesse montar uma rádio comunitária deveria ter mais facilidades. Isso é direito à informação".

Ediane Mattos
edimattos@gmail.com
Nathan Mattes Schafer
nathaanschafer@gmail.com

Professores entram em greve dois meses depois

Sindicatos discordam das datas e representação na UFSC

Desde o dia 17 de maio, há oficialmente no Brasil 55 instituições federais de ensino superior em greve, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Duas entidades lideram o movimento nacional, o Andes e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. Ambas reivindicam melhores condições de ensino, salário e carreira para os professores. Enquanto o cenário nacional vai se delineando, a existência de dois sindicatos locais cria uma situação inusitada na UFSC: há, supostamente, duas greves na universidade. Uma aprovada pelo Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) e outra pelo Andes-SN.

A decisão tomada pelos membros do Apufsc - Sindical, que tem filiação de 95% dos professores, foi de começar a greve no dia 11 de julho. A data levou em conta o final do semestre letivo. "Seremos respeitosos no primeiro semestre, mas vamos ser efetivos no segundo", afirmou o presidente da Apufsc Carlos Mussi. Na mesma assembleia foram escolhidos os professores que vão integrar a Comissão de Mobilização da Greve, que também será composta por dois membros da Diretoria do Sindicato e dois do Conselho de Representantes (CR).

O vice-presidente do Andes-SN, Valmir Martins, surpreendeu-se quando ficou sabendo da data. "Greve nas férias, isso é novidade para mim. Imagino que eles acham que as

greves só funcionem nas férias." Do lado do Andes, que tem 5% de representação entre os professores da universidade, a greve começou em 22 de junho no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Depois, houve adesão dos outros professores sindicalizados.

Os principais pontos de negociação dos dois sindicatos são o salário e o plano de carreira para os professores. A Apufsc não tem nenhuma proposta salarial, pois, segundo nota do sindicato, "o valor depende de uma condição que foge ao controle da Apufsc: o orçamento disponível para a Educação e a distribuição feita pelo Ministério da Educação entre as Instituições Federais de Ensino".

A greve nacional dos professores foi deflagrada tendo em vista o impasse nas negociações com o governo federal. O cronograma da categoria estabelece o dia 31 de agosto como prazo final para discussão. Esse prazo existe devido a outra previsão orçamentária da qual o ministro da Educação Aloizio Mercadante não pode deixar passar. Até o final de junho, o

ministro deve apresentar um prognóstico monetário para a área de Educação. Depois, até final de julho, ele deverá expor os dados detalhadamente. Até final de agosto, esses valores devem estar em posse do Ministério do Planejamento para formalizar um orçamento nacional para a Educação, previsto para ser encaminhado ao Congresso até novembro para vigorar em 2013.

Andes-SN e Apufsc-Sindical falam de dois movimentos distintos



Docentes participam da votação em urna do indicativo

Quem responde pelos docentes?

Os dois sindicatos divergentes, a Apufsc Sindical e o Andes-SN, advêm da Apufsc Sessão Sindical (Apufsc-SSind) criada em 1990 e ligada ao Andes nacional. A desvinculação ocorreu em 2009, quando houve uma divisão entre os professores. Alguns saíram para constituir a Apufsc-Sindical, enquanto outros permaneceram e filiaram-se ao Andes-SN, ainda com articulação nacional. De lá pra cá, cada sindicato afirma sua representatividade de forma diferente.

A Apufsc justifica sua existência apoiada na Carta Sindical redigida em agosto de 2011. O diretor de Divulgação e Imprensa da Apufsc-Sindical, Paulo Cesar Philipp, explica que a carta foi concedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em obediência a princípios constitucionais que vedam a criação de mais de uma entidade de representação sindical na mesma base territorial.

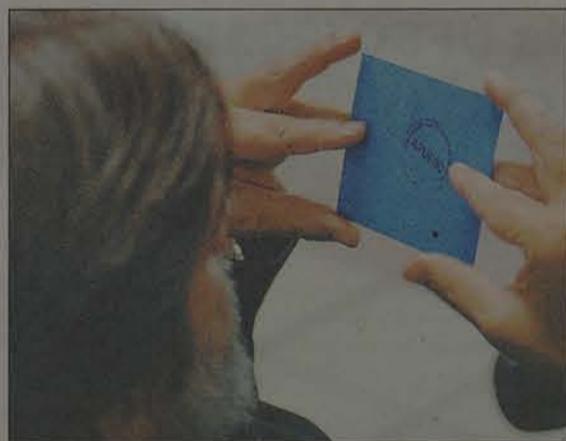
Do outro lado, a Andes-SN critica a falta de articulação nacional da Apufsc. "[Quando a Apufsc] vai representar os professores em greve nacional, o governo não quer conversar. Entidade estadual não deve sentar em mesa de negociação. Foi uma coisa esdrúxula se desvincular do nível nacional, eles tinham que se filiar ao Proifes", ataca Valmir Martins, vice-presidente da Andes-

-SN em Santa Catarina.

Atualmente, essa discussão causa desconforto à Apufsc. O sindicato foi impedido pelo Ministério do Planejamento de negociar em nome dos professores de Santa Catarina diretamente em Brasília. O advogado da Apufsc Prudente Melo afirma que essa atitude é uma violação do direito de liberdade de organização dos trabalhadores. Melo acrescenta que mesmo com a questão judicial ainda por se resolver, a entidade sindical faz questão de negociar diretamente com o governo. "Vamos continuar presentes nas mesas de negociações em Brasília, não só nessa greve mas em todas as outras".

Atualmente há um mandato de segurança em discussão judicial para legitimar a representação sindical da Apufsc nas negociações em Brasília. Melo defende que não existem motivos para briga por representatividade entre os sindicatos: "Se a Andes está querendo lutar com a Apufsc, eles estão passando por cima do princípio básico de democracia dentro do movimento. Não queremos negar que a Andes ou a Proifes representem a atividade [dos professores], mas não em Santa Catarina".

José Fontenele
j.fontenele@yahoo.com.br



Assembleia avalia o cenário nacional e discute a paralisação, na universidade, a partir de 11/07

LIGA DAS SUPER REMUNERAÇÕES

Eles não voam nem têm poderes, mas seus contracheques extrapolam o teto

Nenhum funcionário público brasileiro pode ganhar mais que o salário da presidenta da República, que hoje é de R\$ 26,7 mil reais. Porém, desde que a Lei de Acesso a Informações Públicas entrou em vigor, no dia 16 de maio, foram identificados quatro mil servidores, políticos e magistrados com salários superiores ao teto estabelecido pela Constituição. Sem controle sobre a remuneração final dos professores, que acumulam bolsas em fundações de apoio, a UFSC não está fora deste cenário. Na avaliação da vice-reitora, Lúcia Helena Martins Pacheco, não há como garantir que não existam irregularidades dessa natureza na instituição. "Os dados que temos estão fragmentados, e é preciso fazer um processo de mineração. Até desenvolvermos um banco de dados centralizado não temos como fiscalizar efetivamente o respeito ao teto constitucional", reconhece.

Diante da precariedade dos mecanismos de controle, a reportagem do *Zero* solicitou dados sobre os contratos de projetos vinculados a entidades de apoio. As informações disponibilizadas pela coordenadoria de Análise e Registro de Contratos confirmam a fragilidade da fiscalização interna. Por exemplo, a soma das bolsas estipuladas nos contratos de cada projeto de Amir Mattar Valente, do Departamento de Engenharia Civil, acrescidas a seu salário-base como professor associado nível 3, totalizam R\$ 32.739,65. "Esses são valores orçados, e não necessariamente executados. Ele [Valente] exerce pessoalmente o controle para que não ultrapasse a linha permitida, além da própria fiscalização exercida pelas fundações", argumenta a assessora de comunicação do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans),

coordenado pelo professor.

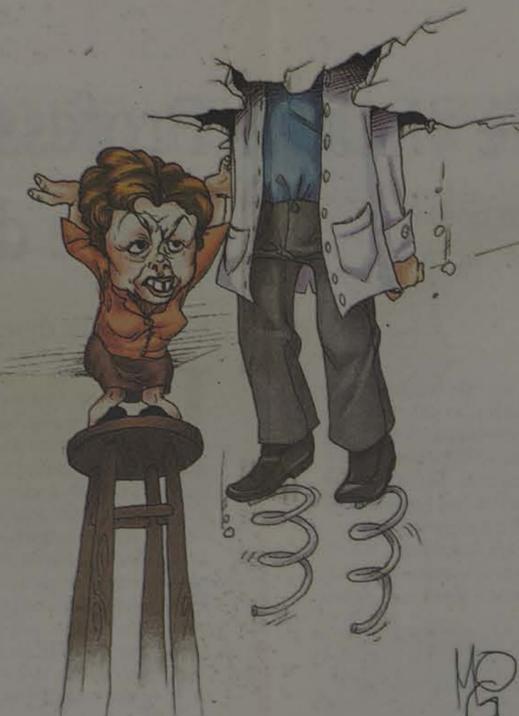
Os projetos liderados por Ariovaldo Bolzan, Chefe do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos, revelam uma situação inusitada: a reitoria dispõe de seis contratos, mas em apenas um deles Bolzan declara receber o pagamento de bolsa, no valor de R\$ 8.339,00. Também chama a atenção o fato de não haver, na reitoria, quaisquer registros de contratos dos projetos coordenados pelos professores Sérgio Colle, do Departamento de Engenharia Mecânica, e Jorge Mário Campagnolo, do Departamento de Engenharia Elétrica. Segundo a Divisão de Convênios e Projetos Institucionais, ambos desenvolvem pesquisas em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), gerenciadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).

De acordo com a Resolução Normativa nº 13 de 2011, aprovada pelo Conselho Universitário, as fundações deveriam enviar mensalmente uma relação com as bolsas efetivamente pagas aos servidores da UFSC. Como essa resolução não está sendo cumprida, as únicas informações disponíveis na reitoria são os orçamentos de cada projeto, arquivados na coordenadoria de Análise e Registro de Contratos. Dessa forma, a universidade não consegue controlar quanto, de fato, seus docentes recebem ao final de cada mês através das entidades de apoio. O secretário especial de Aperfeiçoamento Institucional, Airton Cerqueira Seelaender, assegura que nem mesmo as fundações têm capacidade de fiscalizar determinados casos. "Se um professor recebe bolsas das fundações A, B, e C, por exemplo, uma não tem acesso aos valores pagos pela outra", explica. Assim, torna-se responsabilidade do próprio professor evitar receber acima do limite constitucional. "Se for comprovado,

isso implica inclusive na devolução do dinheiro. E o professor não pode afirmar desconhecimento do teto do funcionalismo público", salienta.

O professor Amir Mattar Valente foi citado na última edição do *Zero* devido à magnitude de seus contratos, dois deles relacionados à elaboração e à implementação do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP). Através do LabTrans, ele coordena dez projetos – oito de pesquisa e dois de extensão –, três vinculados à Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), três à Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese) e quatro à Fapeu. Questionado sobre o valor de suas bolsas, Valente recusou-se a falar sobre o assunto, mas enviou – através da assessoria do LabTrans – uma nota oficial (*per box*) em que assegura a idoneidade de seus projetos.

A reportagem do *Zero* protocolou pedidos de acesso à informação através do novo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e nas fundações de apoio Feesc e Fapeu sobre as bolsas pagas por essas entidades a professores da UFSC. A universidade não possui as informações solicitadas e, segundo Seelaender, tampouco dispõe de segurança jurídica para obtê-las junto às fundações e divulgá-las abertamente. As fundações, por sua vez, atribuem à reitoria a responsabilidade de decidir sobre a publicidade desses dados, e não fornecem informações até que recebam orientações definitivas. Nesse jogo de empurrar-empurrar, o sigilo prevalece sobre a transparência, que se reduz a um mero jargão. "Fundações de direito privado, principalmente quando gerenciam recursos públicos, têm o dever de ser transparentes. Não podem comodamente se abster dessa responsabilidade", reforça o secretário.



Nota oficial

Observamos na edição do *Zero* de junho de 2012 várias menções ao LabTrans – Laboratório de Transportes e Logística da UFSC. Corretamente, o jornal enumera vários projetos e convênios, que proporcionam o desenvolvimento de importantes pesquisas no campo da logística que, com certeza, contribuem com o crescimento do País ao fornecer tecnologia e inovação a vários processos no âmbito dos setores de transporte e logística. Gostariamos de citar também nossa atenção para com o controle e a transparência. Todos os nossos convênios e projetos estão submetidos a regras rigorosas e auditorias constantes da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e fiscalização do Ministério Público.

Números relativos aos convênios com órgãos públicos são publicados no Diário Oficial e disponíveis nas ferramentas de transparência dos próprios convenientes. Com relação à gestão, como já dito, há auditoria permanente e jamais houve suspeita ou notificação de qualquer irregularidade.

Com relação às informações solicitadas sob os auspícios da nova Lei de Acesso à Informação, nos consta que há um processo de regulamentação e de definição de procedimentos junto à UFSC, para disponibilizá-las, à luz da legislação.

Sobre o montante de recursos referentes a estes convênios, cabe-nos dizer que seu volume é coerente com a magnitude e a responsabilidade de seus objetos. No caso, por exemplo, do setor portuário, os projetos contemplam o planejamento para todo o Sistema Portuário Brasileiro, para os próximos 30 anos, incluindo-se portfólios de investimentos. Tal esforço envolve não só uma enorme logística de pesquisa multidisciplinar, como também o desenvolvimento de complexos sistemas para gestão da infraestrutura portuária e análises de cenários, além da criação de bancos de dados gigantescos, relacionados a transporte e logística. Os mesmos vêm a instrumentalizar as instituições governamentais e dar suporte técnico às suas decisões; as quais têm impactos no setor por um horizonte de longo prazo.

O LabTrans/UFSC se orgulha em desenvolver uma grande quantidade de projetos e convênios, os quais propiciam o fortalecimento técnico de diversos Órgãos Governamentais que atuam e tem a responsabilidade pela gestão de seus respectivos setores. Um trabalho relevante e inovador, que contribui com a pesquisa, com o ensino e que é coerente com o papel das universidades de gerar, transmitir e aplicar conhecimento científico para a sociedade.

Por fim, nos colocamos à disposição para o que for necessário e produtivo para o fortalecimento da pesquisa, do ensino, da extensão e da boa imagem de nossa Universidade.

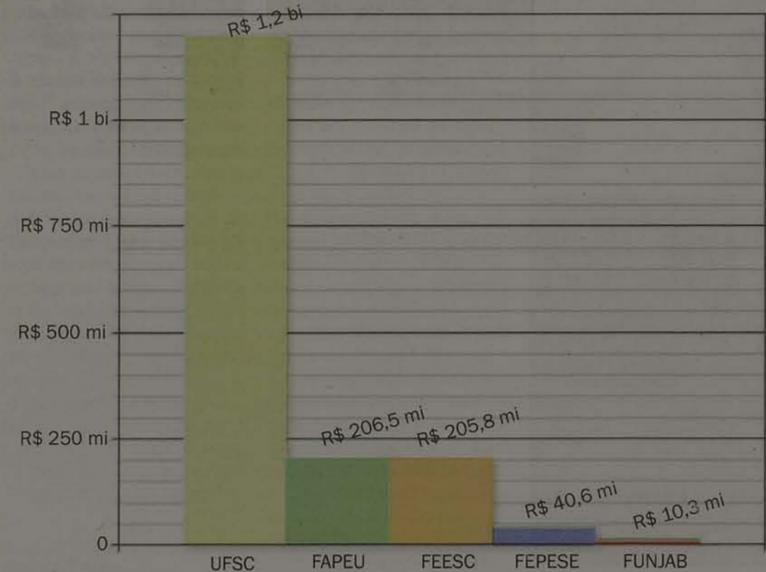
Comunicação LabTrans

Florianópolis, 12 de Março de 2012.

Amir Mattar Valente

Florianópolis, 12 de Março de 2012.

Comparando o orçamento da UFSC (2012) e o balanço das fundações (2011)



Pelas fundações passaram, em 2011, R\$ 463,2 milhões ou 38,6% do orçamento da UFSC

Todos os homens do LED e do LabTrans

A UFSC tem um histórico recente de descontrolar na aplicação de dinheiro público em projetos junto a suas fundações. Um dos casos, relacionado à atuação do Laboratório de Ensino à Distância (LED), envolve personagens citados na última edição do *Zero*. Segundo o relatório apresentado pela Controladoria Geral da União (CGU) em dezembro de 2005, a execução financeira dos projetos não era acompanhada pela UFSC. Por isso, não existiam relações de pagamentos, planos de trabalho e termos de convênio de uma série de cursos à distância realizados pelo laboratório. Dos 207 cursos de especialização e mestrado, 59 foram ministrados sem autorização da Câmara de Pós-Graduação da UFSC e apenas 43 tinham prestado contas – a análise destas aponta que foram gastos cerca de R\$ 7,3 milhões sem qualquer comprovação.

Apesar de o Estatuto da UFSC exigir a assinatura do reitor nos termos de convênio, 25 documentos que autorizavam a parceria para a realização dos cursos à distância foram assinados por Ricardo Miranda Barcia, membro do corpo docente do Departamento de Engenharia de Produção. Barcia fundou, no ano 2000, o Instituto Virtual de Estudos Avançados (Vias) – do qual eram sócios, em 2005, os professores Amir Mattar Valente e Ariovaldo Bolzan. Valente foi Coordenador Executivo de Projetos do

Departamento de Engenharia de Produção junto ao LED, entre 1995 e 2002, enquanto Bolzan foi presidente da Feesc, diretor do Centro Tecnológico de 1996 a 2004, e vice-reitor da UFSC entre 2004 e 2008.

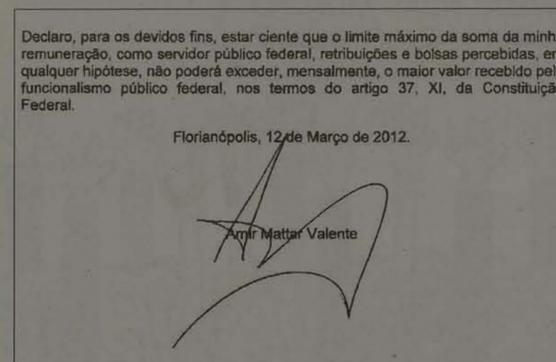
Em agosto de 2007, o Ministério Público Federal (MPF) identificou que o Instituto Vias havia sido contratado administrativo do LED entre 1999 e 2003 e, desde 2010, professor do Departamento de Ciências da Administração, e Marcos Baptista Lopez Dalmou, professor do mesmo departamento, também vinculado ao laboratório entre 1999 e 2005. Essas informações estão disponibilizadas no relatório de ação de controle da CGU/SC sobre a UFSC, de 28 de dezembro de 2005.

Além de serem ex-sócios e de terem realizado inúmeros trabalhos em conjunto com Amir Mattar Valente, Dalmou e Lobo foram orientados de mestrado e doutorado do professor, e mesmo assim foram nomeados contratualmente como responsáveis por fiscalizar a execução orçamentária dos projetos. O auditor-chefe da UFSC, Audi Luiz Vieira

as empresas de Andrade receberam R\$ 1,73 milhão por serviços prestados ao laboratório. Na mesma época, ele e o professor Valente eram sócios da empresa União de Escolas de Educação Corporativa (Unesec) – hoje, Rildo Andrade é administrador financeiro do LabTrans. Também faziam parte do quadro de sócios da Unesec, Eduardo Lobo, gerente administrativo do LED entre 1999 e 2003 e, desde 2010, professor do Departamento de Ciências da Administração, e Marcos Baptista Lopez Dalmou, professor do mesmo departamento, também vinculado ao laboratório entre 1999 e 2005. Essas informações estão disponibilizadas no relatório de ação de controle da CGU/SC sobre a UFSC, de 28 de dezembro de 2005.

Além de serem ex-sócios e de terem realizado inúmeros trabalhos em conjunto com Amir Mattar Valente, Dalmou e Lobo foram orientados de mestrado e doutorado do professor, e mesmo assim foram nomeados contratualmente como responsáveis por fiscalizar a execução orçamentária dos projetos. O auditor-chefe da UFSC, Audi Luiz Vieira

As mesmas pessoas foram investigadas em caso de 2005, diz CGU



Professor Valente firmou termo de conhecimento do artigo 37



David José Caume (à esquerda) recebe pedidos de informação



Serviço de acesso à informação está improvisado

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi criado pela UFSC em cumprimento à nova Lei de Acesso a Informações Públicas, em vigor desde o dia 16 de maio. No entanto, o chefe de gabinete da reitoria Carlos Antônio Oliveira Vieira admite que a instituição está atrasada e ainda em fase de adaptação. "A gestão anterior não ajudou quase nada nesse processo. Quando assumimos, tivemos que fazer tudo muito rapidamente. A estrutura do SIC, por exemplo, foi criada em apenas um dia. É preciso ter paciência", argumenta. Até o fechamento desta edição, a

UFSC havia recebido oito pedidos de informação, dos quais quatro foram respondidos, três estavam no prazo previsto pela lei e um ainda não havia sido atendido. "Nesse caso, o cidadão que solicitou o acesso pode entrar com recurso", explica o respondente David José Caume. O serviço é oferecido no térreo do prédio da reitoria, na mesma sala de ouvidoria. "A ideia da lei é de que o SIC deve ficar num local de fácil acesso e ter boa visibilidade. Hoje, temos um cartazinho apenas, mas a médio prazo pretendemos inclusive atender em um espaço próprio", acrescenta Caume.

Para o chefe de gabinete, os possíveis problemas na disponibilização das informações aos cidadãos têm origem na precariedade do controle interno da administração. "Não temos acesso a todos os números das nossas entidades apoiadoras. Nossa gestão pretende evitar, por exemplo, que um professor acumule bolsas em várias fundações e isso resulte em alguma irregularidade. Já fui presidente de fundação em outra universidade e sei que ela pode ser usada tanto para o bem, quanto para o mal", alerta. A vice-reitora Lúcia Helena Martins Pacheco destaca quatro iniciativas da

atual gestão para recuperar aprimorar o tratamento das informações e garantir a transparência. A primeira delas já foi executada: a criação da Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional. Faltam a implementação do Departamento de Contratos e Convênios, da Secretaria de Relações Institucionais e com Fundações de Apoio, e de um sistema de informações unificado.

Daniel Giovanaz
daniel.giovanaz@gmail.com
Rodrigo Chagas
rodrigosiomeschagas@gmail.com

Balanço da Rio+20 em vinte pontos de vista

Repórter do **Zero** trabalhou na assessoria de imprensa do evento, no Riocentro, e conta um pouco do clima do encontro que pretendia mudar a forma de produção econômica, com a adoção da chamada “economia verde”

um Tentativas anteriores

Discussões sobre meio ambiente já são antigas. A primeira conferência mundial sobre o tema foi em 1972, em Estocolmo, Suécia, e contou com a participação de 113 países. Duas décadas mais tarde, seus resultados foram reavaliados por 172 Estados durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, que estipulou novas medidas para a preservação do meio ambiente sem frear o desenvolvimento. Agora, somados mais vinte anos, 193 países fizeram parte da Rio+20 tendo em vista o mesmo objetivo, rever as velhas bases e criar diretrizes mais eficazes para que um próximo encontro não seja necessário.

Norte ou Sul?

Um problema grande de estrutura do Riocentro foi o ar-condicionado. Os aparelhos estão acoplados à estrutura dos pavilhões e não permitem regulação de temperatura. Ou seja, são 15° ou 40°. A maioria preferiu a opção mais gelada. A presidente Dilma Rousseff fazia parte da minoria, e teve até que pedir um xale durante uma das plenárias.

três

dois Em casa de ferro...

A Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela conferência, não pareceu muito organizada. A preparação para a Rio+20 começou há mais de um ano, mas a estrutura dentro dos pavilhões do Riocentro não estava pronta uma semana antes da abertura. Faltavam equipamentos, tomadas e até fiação elétrica. O que já tinha sido ligado muitas vezes também não funcionava, como impressoras, que não tinham cabos de conexão ao computador. Fora a logística do transporte - nem o ponto facultativo para servidores públicos durante três dias conseguiu aliviar o trânsito na Cidade Maravilhosa.

Os ausentes

Quase 200 países marcaram presença na Rio+20, mas nem todos representados por seus chefes de Estado. Angela Merkel, da Alemanha, e David Cameron, da Inglaterra, não puderam ir porque a Europa está imersa em crises econômica e política. Barack Obama, dos Estados Unidos, também não compareceu, devido a sua campanha para as eleições presidenciais do fim do ano. No mínimo, o envio de representantes mostra que meio ambiente e desenvolvimento sustentável não são a prioridade para esses países.

quatro

cinco Recepção à brasileira

Os gringos devem ter ficado com a impressão de que o povo brasileiro é meio malandro. No sábado antes do início da Rio+20, o preço médio das refeições nos restaurantes do Riocentro era R\$ 15. Na segunda seguinte, esse valor mais que dobrou. Sem contar os hotéis, que lucraram quase tanto quanto em dias festivos. Até os cariocas aproveitaram para alugar suas casas. Em um mesmo prédio, por 15 dias, um apartamento foi alugado por R\$ 1,5 mil (para brasileiros) e outro, com a mesma metragem, por R\$ 8 mil (para estrangeiros).



Recepção aos seis manifestantes

Só quem ficou preso no trânsito da Barra da Tijuca pode ver o motivo de alguns protestos, já que as faixas dos ativistas eram logo retiradas pelos policiais militares. E olha que as causas iam do desalojamento de moradores pela prefeitura do Rio até a vinda do presidente do Irã.

sete Correndo por fora

As discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável tomaram conta de outros pontos do Rio, como o Parque dos Atletas, o Aterro do Flamengo, e o Forte de Copacabana. A sociedade civil, desde ONGs a grupos empresariais, quis expor seus pontos de vista e depois entregou documentos com sugestões aos governantes para a elaboração do documento final da Rio+20.

Nós não desatados oito

Os momentos mais tensos da conferência foram durante a negociação do documento final, intitulado *Futuro que Queremos*. Quase 200 países, de Botsuana a França, tiveram que entrar em um consenso a respeito de vários conceitos-chave para o desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, deveriam estipular as responsabilidades, e o conseqüente financiamento, de cada Estado. Resultado? Um documento aberto em que cada ponto deve ser rediscutido futuramente pelos Estados interessados.

nove Encontros entre surdos

Dezenas de plenárias foram realizadas para discutir assuntos ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade, como gestão dos oceanos, desertificação, reciclagem, etc. Para não criar caos, cada representante tinha sua vez para falar - e discorria dando detalhes sobre a situação em seu país. Em seguida, sentava, para dar lugar ao colega, e começava a mexer em seu celular, tablet, revista, ou então iniciava uma conversa paralela.

dez

O Futuro que Queremos

Esse é o nome do documento final apresentado pelos representantes dos 193 Estados. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam ser estabelecidos, tendo em vista aspectos ambientais, econômicos e sociais. Mas sua amplitude, necessária para que tantos e tão diversos países conseguissem chegar a um consenso, acabou esvaziando sua potencialidade. Ao invés de apresentar meios de implementação para uma economia verde, como era previsto, o documento faz uma série de adiamentos e de pedidos de estudo.

Voltando atrás

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, declarou na quarta-feira, 20 de junho, que esperava que o documento final da Rio+20 fosse mais "ambicioso". Mas parece que durante a noite mudou de opinião. Logo na manhã de quinta, 21, ele convocou a imprensa para dizer que o texto era, sim, "ambicioso", além de "amplo e prático".

Em suma, "um grande sucesso". Ban Ki-moon também aproveitou a oportunidade para elogiar a presidente Dilma e os diplomatas brasileiros por terem conduzido as discussões.

onze

doze

As críticas

Diversos grupos, ou mesmo indivíduos, de todo o mundo se organizaram para discutir suas ideias na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental. Sediados no Aterro do Flamengo entre 15 e 23 de junho, eles aproveitaram os dias da conferência para estender o debate à luta anticapitalista. O *Futuro que Queremos* foi criticado na declaração final apresentada pelos representantes da Cúpula, que acreditam que "a Rio+20 repete o falido roteiro das falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global".

treze

A vez dos prefeitos

Conferências mundiais são ótimas oportunidades para os políticos se promoverem. No dia 19 de junho, no Forte de Copacabana, foi a vez dos representantes das 59 cidades que integram o grupo C40 se reunirem para discutir meio ambiente. Entre sorrisos e apertos de mão, os prefeitos emitiram um documento em que se comprometem a evitar a emissão de 1,3 bilhão de toneladas de gases do efeito estufa até 2030. Além disso, eles pretendem inaugurar uma rede de cooperação entre as cidades para lidar com o lixo sólido urbano.

dezesseis

Índio quer megafone

Um dos lugares com maior destaque foi a Kari-Oca, a cerca de 5 km do Riocentro, onde estavam índios de 16 etnias distintas (14 brasileiras, duas de outros países). Tudo bem que era quase uma torre de babel, já que cada um falava uma língua. Mas eles tinham rituais para substituir as palavras. Um deles, em que foi aceso um fogo no primeiro dia de conferência, emocionou inclusive os jornalistas que estavam presentes. Os índios estavam reunidos para ter mais voz. Eles chegaram a apresentar um documento com sugestões aos chefes de estado reunidos no Riocentro, mas parece que nenhuma delas foi incorporada ao *Futuro que Queremos*.

Me dá um dinheiro aí

Como lembrou a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, os governos estão conseguindo levantar US\$ 400 bi para tapar o buraco causado pela crise econômica. Já para a ambiental, gerada pelos ricos que iniciaram a econômica, tiveram que reduzir o investimento de US\$ 100 bi a US\$ 30 bi, cerca de três vezes menos.

quinze

A opinião de quem dá informação

Quem acompanhou de perto a cobertura jornalística durante conferência deve ter ficado um pouco confuso, especialmente quem fez um comparativo entre um veículo e outro. Alguns repórteres e colunistas se derramaram em elogios, enquanto outros destilavam apenas críticas. Parte desse segundo grupo recebeu ligações da Coordenadoria de Imprensa do evento para ver se mudavam de opinião...

dezesseis

dezessete

Para os líderes

O *Futuro que Queremos* dividiu muitas opiniões. Alguns compartilharam do que disse a presidente Dilma Rousseff, que considerou o documento "um grande avanço". Já outros se mostraram totalmente insatisfeitos, como o comissário da União Europeia para o Meio Ambiente, Janez Potočnik. Quem mais acertou foi quem ficou em cima do muro, como o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang: "é o melhor que podemos ter".



dezoito

Disney e os veganos

Os únicos que conseguiram escapar da censura parecem ter sido os defensores da causa vegana. Todos os dias, na frente do Riocentro, viam-se pessoas fantasiadas de galinha, porco, vaca e... ursinho Puff. A causa do sucesso deve ter sido os sanduíches e as marmitas que eles distribuíam de graça para divulgar as possibilidades de sua culinária.

Desalinhados

dezenove

O objetivo da conferência não parecia muito claro na cabeça de parte da organização e dos participantes. Tudo parecia mais resumido à burocracia do que à causa verde. Por exemplo, dentro das salas da administração, papeis eram impressos sem nenhuma economia - ou mesmo necessidade. Fora também. Para divulgar sua causa, alguns grupos deixaram folders e revistas espalhados pelo lugar. Pelo que eu vi, no último dia de conferência tudo ainda estava lá.

vinte

E agora?

Não foi fácil, mas os 193 países participantes conseguiram chegar a um consenso para assinar o documento final. Porém, ele foi considerado fraco por grande parte de representantes da sociedade civil e por alguns líderes, por não estipular as metas e as mudanças que eram previstas. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) não foi transformado em agência, o que lhe conferiria maior poder. Sha Zukang, secretário-geral da conferência, não desanimou e disse que 692 compromissos foram acordados e que cerca de US\$ 513 bilhões devem ser destinados ao desenvolvimento sustentável. Vamos ver quanto disso será cumprido.

Ana Carolina Paci
ac_paci@hotmail.com

Arquivo Pessoal



Produtora de filmes *trash* mais antiga do país sobrevive com poucos recursos e muita ousadia

Conhecidos como filmes *trash*, de borda ou de garagem, as produções audiovisuais de baixo orçamento e qualidade técnica questionável atraem uma legião de cultuadores. Os adeptos desse tipo de filme os consideram obras de arte cinematográficas e procuram neles um contraponto às produções acessíveis apenas a uma elite de produtores. O livro *Cinema de Garagem* aponta a Canibal Filmes, de Petter Baiestorf, como a produtora independente mais antiga do Brasil. Esse ano, a Canibal, de Palmitos (SC), completa 20 anos, com reconhecimento em países como Portugal, Espanha, Alemanha e Estados Unidos. Entre curta, média e longa-metragem, Baiestorf já produziu mais de cem obras e é considerado um dos precursores nacionais desse tipo de filmes. Passando por vários gêneros, Petter lembra que o importante é perder o medo de errar.

Como você vê a produção de cinema independente hoje?
De 2004 em diante a produção cresceu muito. Eu comecei em 92 e não tinha bons equipamentos. Montei filmes com equipamento de televisão a cabo. A popularização de câmeras digitais e programas de edição facilitou o surgimento de uma nova leva de produtores. Hoje, no Brasil, tem muito produtor independente, como o Rodrigo Aragão, que fez *A Noite do Chupacabras* com R\$ 200 mil. Tem também os caras que trabalham com pouquíssimo dinheiro, nos quais eu me enquadro mais. Minha média está entre R\$ 7 e 15 mil, no máximo. Mas se der pra fazer de graça, eu faço.

E como você comercializa suas obras?

Eu acredito muito em todos os canais. Internet pra mim é um complemento da distribuição que você pode fazer. Não acho que veio substituir o que já era usado, como o corpo a corpo. Faço exhibições pra 400 pessoas, contrato uma banda e mostro um filme. Vendo muito mais que sites e elimino algo que as pessoas não gostam: o gasto postal. E pelo preço que eu faço, R\$ 10 o DVD, fica bem mais fácil pegar na mão.

Mesmo para fazer filmes independentes, a formação é importante?
Tem que conhecer e ter o que dizer. Quanto mais estudo e curso, melhor para incorporar isso no seu estilo. Mas eu não sou um cara que acredita que isso está só na faculdade. Acho que é uma instituição que dá uma

pequena luz. Eu sou bem autodidata e acho que não dá pra ficar só no que o professor diz. Hoje eu vejo no jovem cineasta o medo de errar, do filme estar tecnicamente inferior ao do colega. Foda-se. Faça e deixe ter o contato com o público. Esse é o bacana do vídeo independente. Não estamos presos a Hollywood... a gente pode falhar e falhar é tão gostoso!

Qual a mensagem que o *trash* traz consigo?

Na verdade, *trash* nem é um gênero. Não é horror ou ficção, mas a limitação de vários recursos. Uma novela mexicana é *trash*. Tem telejornal, da RBS inclusive, que é tão tosco, que também é *trash*. Na televisão tem vários exemplos, mas no Brasil se tem a impressão de que são só os filmes de quintal. Eu tento buscar várias coisas dentro do baixo orçamento, não gosto de dar o que as pessoas estão esperando, por isso vou do surrealista ao dadaísta ou alguma escola estética perdida. E assim dá para formar um público bacana. Eu gosto da trilha cinema-religião-questões sociais e gosto de ter um fundo político que gere um desconforto.

Como você define o seu trabalho?
Tenho uma linha erótica e uma do

horror sangrento, que me deixaram mais conhecido. Quem vê um ou dois filmes escolhe esses mais conhecidos, pode achar que todos serão assim, mas eu tenho mais de cem títulos e devo ter 15 assim. Então eu gosto de me chamar de filme de baixo orçamento, mas aceito a nomenclatura *trash*. Rótulo é uma comodidade comercial para vender seu produto.

Sua produtora está em Palmitos, mas a divulgação é voltada para capitais?

ção chamar um cara pra fazer várias coisas, mas é o jeito. Eu gostaria de pagar todo mundo, mas não tenho a mínima condição. E, no Brasil, independente do orçamento, o problema maior é a distribuição.

Acha que falta política cultural?
Não, sou contra isso. Acho que o estado tem que dar educação e saúde, não esmola pra artista ou pseudoartista. Acho que tem que existir a mentalidade de indústria. Estamos cheios de distribuidoras no país, mas elas não



No set improvisado, atores podem ter mais de uma função

Sim. Fiquei em Porto Alegre nos anos 90 e fali. Já fali duas vezes, na verdade. Hoje tô quase falido de novo, porque gosto de arriscar bastante. Quanto à divulgação, lançar um filme em Chapecó ou São Paulo é o mesmo gasto de energia, e em São Paulo me dá mais visibilidade. Acho um erro o produtor tentar ficar preso à região dele. A linguagem tem que funcionar em qualquer lugar do mundo e depois voltar à origem.

Como você remunera quem participa das obras?

Numa produção independente, quando você menos espera, está fazendo tudo. Às vezes eu pago o pessoal por dia e se o cara fizer três ou quatro funções, é uma só diária. É explora-

sabem fazer o produto certo chegar no público certo. O problema é esse: largar a coisa e achar que é uma produção da *Disney*, que o nome da produtora ou do artista vai vender o filme sozinho. Em fevereiro, estive no SESC de Maceió e, com divulgação bacana pela internet, os 160 lugares esgotaram na véspera. E era 12 paus o ingresso. Não era barato. Tem que trabalhar!

E agora você está indo para o nordeste para algum festival?

Não, agora serão 15 dias de férias. Só pra vagabundear mesmo.



Enredos de Baiestorf mesclam legumes espaciais, zumbis, estupros e provocações políticas

Maíla Diamante
maíla.filo@gmail.com
Marina Empinotti
marinaempinotti@gmail.com

A indústria do pornô broxou

Mercado sofre com a queda no consumo de filmes e a falta de novos talentos



Wesley Klumpel

“Troquei dez tapas por um beijo”

“Agora mesmo fui reconhecida pelo segurança aqui do aeroporto”, conta a atriz Marcia Imperator durante a entrevista. Ela não se incomoda com o assédio do público.

“Uma vez, um cara pediu um selinho, e eu disse ‘só se eu puder te dar um tapa’. Ele topou, eu enchi a mão e fui. Depois ele voltou e perguntou: ‘Se me der dez tapas, posso te dar um beijo?’ Ai todos os amigos dele começaram a incentivar, falavam ‘beija, beija’, então eu concordei. Coloquei os joelhos nas pernas dele e comecei. A mão ia e vinha com força. Depois que a gente se beijou, os amigos ficaram o resto da noite colocando latinhas geladas no rosto dele, todo inchado e vermelho”.

Dezoito centímetros de currículo

A capacidade de manter a ereção é um dos principais quesitos avaliados durante a seleção de candidatos. A produtora Real People Productions diz que a escolha é baseada nos atributos físicos da pessoa, como tamanho do pênis ou volume dos seios. Algumas produtoras se recusam a contratar atores com pênis com menos de 18 centímetros, enquanto outras conseguem aumentá-lo ao utilizar jogos de câmera. Também não deve ser exageradamente grande, já que pode causar dores e constrangimento às atrizes.

Segundo a tese de doutorado *Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro*, de María Elvira Benítez, além de homens “sarados”, existe outro estilo que tem sido requi-

“Aceitam-se mulheres, homens, transexuais, hermafroditas, anões, heterossexuais, bissexuais, lésbicas, gays, etc.”, diz o anúncio da produtora Real People Productions, publicado em um site de classificados online. Apesar das inúmeras possibilidades, apenas dez candidatas entraram em contato para preencher a vaga e participar em um filme adulto. A chance de estrear um vídeo pornô não chamou a atenção de jovens aspirantes a carreiras nessa indústria, mesmo com a promessa de que o produto seria vendido para o mercado latino-americano e jamais exibido no Brasil.

A ausência de interessados pode ser justificada pelos problemas que a indústria de filmes pornô tem enfrentado nos últimos anos. O aumento da pirataria e a facilidade de acesso aos filmes na internet provocou queda na locação e comercialização de vídeos eróticos. Em 2004, os vídeos pornôs representavam cerca de 10% do faturamento das locadoras. Cinco anos depois, em 2009, esse número não passou de 4%.

Outra explicação é a falta de garantia de que o filme não estará acessível na internet. Sites que disponibilizam vídeos eróticos atraem espectadores pela agilidade e gratuidade com que se pode acessar o conteúdo. Prova disso é o site The Alexa Traffic Ranking (www.alexa.com), que lista as páginas mais visitadas na web. No Brasil, sites pornográficos são mais procurados, por exemplo, que os jornalísticos. O portal de vídeos Xvídeos, que reúne cenas de filmes eróticos, ocupa a 29ª posição do ranking, à frente de portais como Estadão (38º) e ClicRBS (64º).

No mercado de produtos eróticos, os filmes adultos são apenas um item - e, no momento, o menos rentável. “O consumo é reduzido, pois as mulheres, maiores consumidoras de produtos eróticos, não são grandes apreciadoras de filmes adultos, por serem vulgares e pouco românticos”, diz Paula Aguiar, presidente da Associação Brasileira das Empresas do Mercado Erótico e Sensual (ABEME).

Uma das consequências dessa desvalorização das produções adultas é a redução nos salários. A atriz Marcia Imperator assegura que o dinheiro é o principal motivo para a entrada no ramo. E é também por isso que cada vez menos pessoas têm se interessado em atuar nos filmes. Uma mulher que queira ingressar na carreira hoje pode ganhar até R\$ 2 mil por cena, desde que faça sexo oral, vaginal e anal. O cachê para homens é ainda menor: de R\$ 500 a R\$ 1

mil por cena. Os valores também são alterados caso o ator ou atriz tope transar sem preservativo - nessas situações, o pagamento é maior.

Imperator fez seu primeiro filme pornô em 2003, com 29 anos, por indicação de seu empresário na época. Por já ter participado de programas de televisão, o cachê oferecido pela produtora foi maior que o normal. Isso a motivou a continuar a participação em filmes do gênero, mas não foi fácil. A atriz conta que os desafios da primeira cena iam além da timidez, resolvida com algumas doses de uísque. “Não tinha o hábito de assistir filme pornô, só por isso já seria complicado. Para piorar, minha personagem fumava, tive que aprender a fumar ali mesmo no set”.

A família de Imperator, evangélica, nunca teve problema com a situação. “Meu pai entendeu que aquilo era um trabalho e que eu precisava ganhar dinheiro.” As três filhas da atriz, de 23, 21 e 19 anos, também não se manifestam contra a profissão. “Mas elas nunca viram meus filmes”, ressalta. Atualmente, Imperator faz shows de strip-tease pelo Brasil e os filmes pornôs não são mais a sua principal fonte de renda. “Parar, a gente nunca para, mas a frequência diminui bastante”.

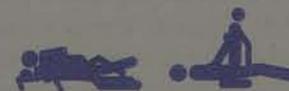
Não é o caso do ator Rogê Ferro. Ele iniciou a carreira com 26 anos e hoje, aos 40, continua trabalhando no ramo. Para ele, que acumula mais de duas mil cenas, o dinheiro foi o atrativo. “Topei o primeiro filme principalmente porque o pagamento era equivalente ao salário de um mês inteiro vendendo roupas na loja em que eu trabalhava.” O ator entende que é natural fazer pornô. “É uma profissão como qualquer outra. Acho que nasci pra isso, nunca tive vergonha”. Apesar da vocação, Ferro não nega as dificuldades. Ele conta que muitas vezes cenas de 20 minutos demoram horas para serem gravadas. Nessas situações, é comum os atores utilizarem medicamentos. “Todo mundo toma Viagra, quem diz que não toma está mentando”.

Sequência nos filmes

Tudo começa com...



avança para...



depois assim...



e termina com



Colabore com o erótico

Com a queda da indústria de filmes pornô, novas empresas estão buscando alternativas para atrair consumidores. O GoGoFantasy.com surgiu para arrecadar fundos para projetos em troca de recompensas, que podem incluir fotos, vídeos ou peças de roupas. “Dependendo da criatividade da proposta, a recompensa varia, contanto que não seja ilegal”, explica Alex Willbacjh, cofundador do site.

A iniciativa se assemelha ao brasileiro Catarse. Usuários podem contribuir com os projetos cadastrados no site através de doações de quantidades específicas. O GoGoFantasy.com já financiou quinze projetos desde sua fundação, em janeiro de 2012. No total, aproximadamente US\$ 28 mil foram arrecadados. Atualmente, o site oferece desde sexo pelo telefone até filmes pornográficos envolvendo apenas dedos dos pés.

O número de brasileiros cadastrados ultrapassa 400. Apesar de existirem somente quatro projetos nacionais ativos, a expectativa do cofundador é grande.

Lucas Pasqual

lucas.pasqual@gmail.com

Rafaela Blacutt

rafaelablacutt@gmail.com

Odonto utiliza material sucateado

Com mesma estrutura há 30 anos, curso da UFSC apresenta dificuldades

O Curso de Odontologia da UFSC figura entre os que foram classificadas como cinco estrelas pelo Guia do Estudante da Editora Abril. Além disso, tem conceito quatro no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), prova que avalia o rendimento dos alunos nos cursos de graduação. Mas esses méritos não se refletem no setor de esterilização e nem nas clínicas onde os alunos atendem a comunidade e aprendem a fazer os procedimentos odontológicos.

No segundo semestre de 2011 a Vigilância em Saúde do município ameaçou fechar o setor devido às irregularidades que foram encontradas após uma denúncia. "Algumas das exigências já foram atendidas, mas precisamos de uma reforma no setor para nos adequar a todos os parâmetros. O prédio tem trinta anos, foi construído conforme os requisitos da época, mas o ideal seria um edifício novo" explica o chefe do Departamento de Odontologia, Alfredo Meyer Filho.

Segundo o diretor do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia, Elias Sebastião de Andrade, a proposta de novas instalações para o curso está em fase de estudo de viabilidade e ainda não existe nenhum prazo para início das obras. Andrade informa que antes de iniciar uma obra é necessário avaliar a ocupação do *campus* de acordo com

o Plano Diretor da UFSC, levando em consideração aspectos como água, energia elétrica e esgoto.

Enquanto as mudanças não são feitas, os alunos precisam lavar seu instrumental em um espaço de 12m² que conta com nove pias. Nos horários de pico, de 11h a 11h30 e 17h a 17h30, quando há um grande número de estudantes encerrando

"As instalações são antigas, os refletores estão fracos, o sugador entope, isso atrasa os procedimentos"

seus atendimentos, o espaço é insuficiente. Alguns acabam se ferindo por terem que limpar o material com mais rapidez. "Tem gente que nem lava no dia, deixa sujo e só vai esterilizar quando for usar de novo" relata a estudante Michelli Cássia dos Santos.

Existem duas clínicas, cada uma possui 59 equipamentos, mas apenas 53 funcionam. Esse mate-

rial é o mesmo desde 1982. "Eu me formei aqui e, quando fiz o curso, usei esses mesmos equipamentos" lembra Graziela de Luca Canto, professora desde 1992 e coordenadora do Curso de Odontologia.

Por serem tão antigos, não existem peças para reposição quando esses equipamentos quebram. A estimativa é que mensalmente sejam realizados entre oito e dez mil atendimentos, sendo que um mesmo paciente pode ser atendido mais de uma vez no mesmo mês. Se a situação permanecer, a tendência é que esse número diminua.

Para o professor do curso Eduardo Bortoluzzi, as condições atuais não afetam a qualidade do aprendizado e das atividades realizadas. "As instalações são antigas, os refletores às vezes estão fracos, o sugador entope, isso atrasa os procedimentos. Nós atendemos com qualidade, mas com materiais mais modernos poderíamos atender mais gente e melhor", salienta.

Nas clínicas, há paredes marcadas pela umidade. Quando chove, aparecem goteiras. Portas e armários onde os alunos guardam todo o instrumental estão com cupim - uma dedetização foi feita para tentar sanar o problema.

Meyer Filho encaminhou para a reitoria um documento relatando os problemas e as melhorias que o setor necessita, mas até agora nenhum retorno foi dado.

Formação custa caro

Todos os serviços prestados são gratuitos, com exceção das próteses, que são cobradas. O paciente Pio Körbes, de São João do Oeste, ficou sabendo das Clínicas através da irmã enfermeira: "Tenho cinco implantes, todos feitos aqui. Sempre fui bem atendido e hoje venho fazer o acompanhamento". Dos quase dez mil atendimentos realizados por mês nas clínicas odontológicas do Centro de Ciências da Saúde, o tratamento de canal está entre os mais realizados.

Apesar da gratuidade para os pacientes, os equipamentos utilizados pelos alunos não são. Para cada disciplina existem itens que precisam ser comprados. "Na quinta e na sexta fase, gastei R\$ 5 mil em cada; somando o que gastei nas outras, foram 15mil. Nossa! Já foi um carro!", surpreende-se a aluna Gabriela Viera dos Santos. A coordenadora do curso de Odontologia, Graziela de Luca Canto, estima que durante o curso sejam gastos cerca de R\$ 22 mil.

Quem não tem condições para adquirir os itens pode entrar com um pedido junto à Coordenadoria de Serviço Social. Para isso é necessário fazer um cadastro sócio-econômico e comprovar a renda. "Tenho uma amiga que recebe esse benefício. O problema é que o material fornecido nem sempre é o de melhor qualidade e nem sempre tem tudo o que está na lista, ou demora para chegar. Mas ajuda bastante", observa Santos.

Para a compra de materiais, a Universidade utiliza o processo de licitação, na qual ganha o menor preço e não necessariamente o melhor produto. "Já tivemos casos em que a qualidade do gesso era tão baixa que quando a prótese ficou pronta não encaixou no paciente porque o molde ficou irregular", lamenta o professor Eduardo Bortoluzzi.

A Universidade é responsável por fornecer o material. Luvas e máscaras são alguns dos itens da lista, porém só os professores têm disponível, os alunos precisam levar os seus. Santos reclama que até detergente e papel toalha os alunos compram: "Se não tivermos, não há como limpar os instrumentos".

Por atender pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), o Departamento recebe por mês R\$ 25 mil da Secretaria de Estado da Saúde, valor destinado para o pagamento de empresas terceirizadas responsáveis pela manutenção de alguns equipamentos. O valor é baseado na média dos procedimentos realizados. "O problema é que não temos como saber esse número exato. Um paciente pode ser atendido várias vezes e ter feito só um procedimento", acrescenta o chefe do Departamento, Meyer Filho.



Itens solicitados para a 5ª fase

Disciplinas:

- Periodontia
- Dentística
- Materiais II
- Oclusão

Total: 93 itens

Mais de R\$ 3,7 mil

Fotos: Victor Hugo Bittencourt

Mariane Ventura
mariventura2@gmail.com

Internet facilita comércio de remédios controlados

Mesmo com preços mais altos, venda ilegal se sustenta

Problemas de concentração, pressão dos pais, entrega de trabalhos finais da faculdade. Esses foram alguns fatores que levaram o mestrando em geografia Marcelo* a buscar medicamentos que pudessem ajudá-lo a melhorar seu desempenho. A solução encontrada foi utilizar a Ritalina, remédio tarja preta indicado para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). "Se eu quero um remédio, vou ter que pagar consulta, fazer vários exames, e isso demora. Eu tinha certeza que meus pais não dariam apoio, sempre dizem que é preguiça minha", relata.

Foi então que Marcelo iniciou o caminho para obter a Ritalina de forma clandestina, sem receita médica. Na internet ele encontrou um fórum intitulado "Ritalina, compre aqui". "Entrei em contato e recebi resposta na hora. O perfil no Facebook tinha uma imagem de eletrônicos e dizia vender importados." Ele conta que foi o desespero por bons resultados na dissertação que o levou a negociar. A vendedora afirmou que com o depósito imediato dos R\$ 170, o remédio chegaria no dia seguinte. "Assim que depusitei, ela parou de me responder", relembra. Depois de 15 dias insistindo e ameaçando denunciá-la recebeu a caixa de 10 mg com 60 comprimidos. "Falei com pessoas que estavam esperando há mais de seis meses."

A reportagem do *Zero* não teve dificuldade em comprar a Ritalina pela internet, apesar de ser proibido o comércio online de controlados. Em nenhuma das cinco tentativas foi solicitada a receita médica. Em um dos casos, o fornecedor afirma no e-mail "Trabalho com medicamentos há mais de 10 anos. Sou um dos médicos vendedores mais conhecidos do Brasil". O remédio, nas farmácias, pode ser até R\$ 157 mais barato que o comprado na internet. Apesar de ser mais caro, a venda ilegal é sustentada pela falta de conhecimento em relação ao TDAH, ressalta o professor da UFSC especialista em psicofarmacologia Reinaldo Takahashi: "É comum os estudantes usarem derivados da Ritalina para aumentar o raciocínio ou memória."

Os efeitos para os portadores de TDAH são diferentes. Segundo Takahashi, o remédio regulariza os níveis de dopa-

mina, responsável pela sensação de prazer e de motivação, nas áreas cerebrais, ajudando a controlar e focar a atenção. Já o uso contínuo por pessoas sem o transtorno pode gerar dependência, depressão, alteração de humor e irritabilidade, além de desencadear patologias psiquiátricas e psicopatia, esclarece a psiquiatra Andrea Breitenbach.

A experiência de Marcelo confirma o que o uso sem prescrição pode causar. "Foi uma experiência bem tensa. Meu coração disparou, fiquei muito nervoso. Na hora que eu engoli pensei 'estou chapado', sentia que minha criatividade tinha ido embora." Ele confia que sentiu as mesmas sensações de quando usou cogumelos.

A venda ilegal não é exclusiva para transtornos como o TDAH. Outro fármaco facilmente encontrado sem controle na internet é a Sibutramina. Apesar da reportagem ter solicitado apenas a Ritalina, os fornecedores também ofereceram o emagrecedor, comercializado apenas com receita médica, de 15 mg com 30 comprimidos por R\$ 115. Nas farmácias o preço varia de R\$ 30 até R\$ 80.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) fiscaliza a venda de medicamentos controlados através dos relatórios enviados semanalmente para as vigilâncias sanitárias municipais e estaduais pelos estabelecimentos de venda. A pena para quem realiza o comércio de remédios tarja preta sem receita é em geral administrativa, que resulta em apreensão de produtos, interdição do local e multa, que varia de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão. Na área criminal, o comércio é considerado tráfico de entorpecente, com reclusão de 5 a 15 anos e pagamento de R\$ 500 a R\$ 1,5 mil multa/dia.

A farmácia Preço Popular, localizada próxima à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vende no mínimo dez caixas de Ritalina por mês, de acordo com a farmacêutica Leticia Ribeiro. Na maioria dos casos, o produto é destinado a crianças. Segundo dados da consultoria farmacêutica IMS-Health, no primeiro trimestre de 2012 foram vendidas cerca de 65 mil unidades dos medicamentos Concerta, Rubifen e Ritalina, todos com o princípio ativo metilfenidato.

* Marcelo é um nome fictício, utilizado para preservar o estudante



Consumo sem acompanhamento pode gerar dependência

Tarja preta prescrita na infância

Não é em vão que a Ritalina é vendida com prescrição médica. O seu princípio ativo age no cérebro da mesma forma que a cocaína, podendo produzir dependência química. Isso levou à busca de substâncias alternativas. Coordenado pelo professor Reinaldo Takahashi, o grupo de pesquisa Neurofarmacologia Comportamental da UFSC estuda o uso da cafeína no tratamento do déficit de atenção. A vantagem é ser uma substância mais barata que o metilfenidato, além de ter menor risco de dependência.

Apesar das pesquisas com a cafeína, atualmente o fármaco mais utilizado é o metilfenidato, único registrado no Brasil para tratamento do transtorno. A psicóloga especializada em Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) Juliana Vieira Almeida Silva, explica que a hiperatividade e a impulsividade estão relacionadas aos "comportamentos de inquietação com os pés e mãos, estar sempre agitado, falar demais, ter dificuldade de esperar e intrometer-se nas conversas de outras pessoas". Segundo ela, a desatenção é identificada principalmente pela dificuldade de con-

centração, erros por descuido, distração fácil e dificuldade de seguir instruções.

O TDAH é um dos transtornos psiquiátricos mais comuns em crianças e adolescentes, afetando cerca de 2% a 12% dos jovens em idade escolar no Brasil. Seu diagnóstico é mais complexo que apenas a falta de atenção. De acordo com estudos recentes, se não for tratado desde cedo, persiste em 75% dos adultos que apresentaram os sinais já na infância. Pessoas com o transtorno desenvolvem sintomas como desatenção, impulsividade e hiperatividade em níveis mais altos que os tipicamente observados. Segundo o psiquiatra Carlos Salgado, pesquisador do Programa de Déficit de Atenção/Hiperatividade (ProDAH) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, as pessoas com TDAH mantêm desde a infância prejuízos em seu desenvolvimento social, acadêmico e laboral. Eles costumam se queixar que se sentem "incapazes de usar todo seu potencial", expõe.

Amanda Melo
amandacdmelo@gmail.com
Manuela Lenzi
lenzimanu@gmail.com

"Sinto uma leve eletricidade que me lembra que não estou normal"

dia 1

18h Tomo um comprimido.
19h14 O efeito bateu. O tempo parece devagar, pensamento a mil. Coração batendo rápido, agitado.
20h51 Criatividade reduzida, mas a concentração está melhor.
21h Não sinto quase nada, só um formigamento pelo corpo e um peso na cabeça, quase início de ressaca.
5h58 Acabei me distraindo e passei a noite toda na internet, indo dormir agora.

dia 2

12h30 Acordei com corpo cansado, olhos bem vermelhos. Não quis tomar o remédio, mas a tarde não rendeu muito.
17h30 Me sinto confuso, sem nada na cabeça. Minha única preocupação é o remédio: como me sinto, se devo tomar de novo... Decido tomar metade de um comprimido.
18h Difícil concentrar. Decidi tomar a outra metade.
18h35 Volto ao texto. Estou bem acordado, cabeça limpa e tranquila. Sinto só meus olhos secos, como se estivesse acordado há horas.
22h Não me sinto sob efeito, mas esse ardor nos olhos é chato, desmotivava. Sinto uma leve eletricidade pelo corpo que me lembra de que não estou completamente normal.
2h Tristeza de pensar no pouco prazo pra entregar a dissertação. Decido dormir, mas demora.

dia 3

9h Acordo de ressaca. Não queria tomar o remédio, mas parece que se não tomar vou passar o dia mal. Decido tomar.
10h20 Sono. Já tomei um litro de água. Ainda estou bem "banzo".
14h06 Trabalhando, mas criatividade e agilidade de pensamento estão reduzidos.
17h26 Produtividade baixa, mas me sinto bem. Espero não sentir vontade de tomar o remédio de novo.
1h08 Só após as 23h acho que rendi. Quero dormir, mas o coração bate forte. Isso é meio perturbador. Ainda está fazendo efeito.

dia 4

9h15 Me sinto de ressaca, mas aparentemente não estou desesperado para tomar o remédio de novo. Espero ficar tranquilo hoje sem remédio, ainda sinto o corpo um pouco estranho.
CONCLUSÃO Decidi não tomar o remédio. A sensação de não estar sob efeito da droga não tem preço. A capacidade de ficar sentado e até mais acordado aumenta, mas o raciocínio é comprometido, especialmente porque os sintomas ficam distraído.

Olímpicos e excepcionais

Alunos da APAE dançam na abertura de Londres 2012

Começa mais um dia de ensaio para os integrantes do projeto de dança inclusiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) de Florianópolis. No dia 14 de julho eles embarcam para uma viagem internacional onde farão a apresentação de abertura dos jogos náuticos das Olimpíadas em Londres, no dia 28. A peça *Breathe* será encenada ao ar livre pelos catarinenses em parceria com a Estação Dançar, além de equipes de bailarinos britânicos que completarão o grupo.

A maioria possui algum tipo de deficiência e a apresentação de apenas 45 minutos será uma oportunidade para mostrar a mais de dois bilhões de espectadores de todo o mundo que apesar das dificuldades encontradas na vida, eles podem fazer um lindo e emocionante espetáculo, como qualquer pessoa. Arlete Torri, presidente da Apaie de Florianópolis está ansiosa. "Esta viagem vai marcar para sempre. É uma oportunidade inimaginável!", aposta.

No dia 16 de maio, os coreógrafos britânicos vieram à capital para ensaiar com os alunos. Os dançarinos da inglesa Double ActTheatre, que também tem integrantes com deficiência, completarão a coreografia junto com os brasileiros. Segundo Torri, a decisão estava entre Brasil e China, mas alguns fatores influenciaram a escolha pela Apaie. O diretor artístico da equipe inglesa já tinha os visto há dois anos em Belém,



no Pará, e ficou impressionado com a apresentação ao ar livre. "Além disso, tem a Copa em 2014 no país", comenta a presidente, que quando soube da notícia pensou que não estavam falando a verdade. "Me belisca para acreditar", dizia a todo momento. Além da abertura dos Jogos Olímpicos na cidade de Weymouth, em Dorset, eles ensaiam desde maio diferentes coreografias que apresentarão em outros locais de Londres.

A força de vontade, expectativa e a ansiedade são visíveis em cada olhar dos alunos. Na sala de ensaio, eles colocam suas sapatilhas enquanto a coreógrafa Ana Siscato liga o computador e conecta na caixa de som. Laís Bittencourt Forte, bailarina da Estação Dançar, auxilia os alunos posicionando-os em seus devidos lugares. Todos já estão concentrados quando a música começa. Nenhum movimento ainda.

A música é uma mistura de violino com outros instrumentos que aos poucos fica mais alta e agitada. "Foi! Um, dois, três, quatro. Abriu, fechou, abriu, fechou", segue a coreógrafa no ritmo. No início ainda é difícil todos acompanharem o compasso da dança, já que são muitos movimentos com as pernas e braços. Uns fazem mais rápido e outros ainda tem certa dificuldade para se concentrar. Mesmo assim, aos poucos isso já não se percebe mais devido ao esforço para se fazer certo. Quando há alguma dificuldade aparente, as mãos de Siscato ajudam a por na posição correta.

É início de inverno e apesar do frio fora da sala, os alunos começam a ficar com calor. As mangas do uniforme são dobradas e o suor escorre pelo rosto. Inicia outra coreografia. Em cena eles serão os Respiradores, guerreiros do Deus Aeolus e defensores do vento, a grande estrela dos esportes náuticos. Seus movimentos representam a areia nas mãos que, soltadas pelo ar, dispersam-se livremente. É como se os dedos fossem as folhas das árvores sendo remexidas pela brisa do ar. Até que a intensidade e o ritmo aumentam e é compreensível a necessidade de um pouco de paciência para colocar tudo nos eixos. Como a dança é cheia de detalhes, até mesmo a coreógrafa precisa dar uma conferida no vídeo feito pela equipe de Londres para lembrar cada passo.

No intervalo do ensaio os alunos conversam e o clima é de bastante amizade. Estão inquietos. Faltam poucos dias para a viagem e muitos já estão preocupados com o que levar na mala. O figurino, que tem cor verde, já está pronto. A reunião com os pais para os últimos detalhes já aconteceu. Contagem regressiva. Começa outra música. Batidas africanas misturadas com vozes e o som do acordeão invadem a sala. O barulho das sapatilhas arrastando no chão se intensificam no decorrer da melodia. O batuque é cada vez mais forte.

Agora os grupos se unem, com passos cuidadosos e posados. "Já ouviram falar que brasileiro tem jogo de cintura? Vocês vão ter que usar nessa hora!", diz a coreógrafa quando se formam os dois círculos. Quando um braço sobe, o outro desce e assim vai. Já se ouve um ritmo bem brasileiro: o forró.

Um elástico preto ocupa quase toda a sala quando esticado em forma de quadrado. É um estica pra lá, pra cá, um entra no meio, outro pisa, enrosca no pescoço, segura com as duas mãos, como uma rosa desabrochando rapidamente.

São várias flores, cada qual com sua particularidade, sua merecida atenção e admiração: Aline, Ana Flávia, Aroldo, Caroline, Deivid, Everton, Fabiana, Inori, Isaías, João Paulo, Mariana, Rogério, Sílvia e Stephanye, que farão um belo show em Londres, entre fogos de artifício e aplausos de todo planeta.

Arianna Fonseca
aariannaf@gmail.com

